

APRESENTAÇÃO

Fruto de discussões geradas a partir do Projeto de Pesquisa em Ensino da Universidade Estadual de Londrina, em vigência, intitulado: “Crianças conectadas: um estudo sobre a influência das tecnologias na infância”, este Dossiê tem como objetivo refletir sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação e suas implicações na aprendizagem das crianças, assim como destacar o papel das diferentes instâncias: família, escola e poder público, para a proteção e garantia de uma relação mais dialógica e saudável das mídias na infância.

Ao tratarmos das tecnologias da informação e comunicação-TIC, de modo geral, estamos nos referindo às mais diversas formas de telecomunicações e mídias digitais que avançaram significativamente, trazendo contribuições para as mais diferentes áreas: saúde, comunicação, educação, entre outras. A revolução tecnológica na área da medicina, por exemplo, contribuiu para a ampliação da expectativa de vida, já que, desde a invenção dos primeiros aparelhos de Raio-X, há mais de um século, até o aperfeiçoamento dos mais modernos aparelhos de Ressonância Magnética, trouxe inimagináveis benefícios à saúde humana.

No campo das telecomunicações não foi diferente, pois desde a invenção do primeiro telégrafo na França, em meados do século XIX, que foi seguida pela criação do rádio e da televisão e pela inauguração de computadores, tablets e celulares de última geração nos séculos XX e XXI, convivemos com um aparato tecnológico grandioso, que possibilita e amplia a nossa comunicação, inclusive com outras culturas. Essa evolução não aconteceu somente em relação ao tamanho e à memória dos dispositivos eletrônicos, em especial, de computadores e de celulares, mas também no que diz respeito às características e peculiaridades do armazenamento de informações e da velocidade, o que nos permite uma maior praticidade e agilidade na resolução de questões do cotidiano.

Já no âmbito educacional, tais avanços vêm ocorrendo de maneira lenta e gradual, pois diferentes fatores têm contribuído para a pouca incorporação das mídias digitais no universo da sala de aula, em especial, como ferramenta de trabalho dos professores. Entre esses fatores, podemos destacar: ausência de políticas públicas, falta de investimentos do

setor em relação a equipamentos de última geração, falta de readequação de espaço físico das escolas e baixa qualificação dos profissionais da área.

Buckingham (2010) acredita que, embora essas questões distanciem o universo digital do cotidiano da sala de aula, não se pode afirmar que a escola é uma instituição ultrapassada, cujo fim se mostra iminente e previsível por não acompanhar a rapidez da evolução das tecnologias. No entendimento desse autor, é equivocado supor que a tecnologia “é inevitavelmente libertadora ou empoderadora para os jovens, ou que ela, de fato e automaticamente, promove estilos mais espontâneos e informais de aprendizagem” (Buckingham, 2010, p. 39).

Ao tecer críticas aos visionários que defendiam o potencial transformador da tecnologia no campo educacional e a extinção das escolas no formato tradicional, entre eles, Steve Jobs, fundador da Apple Computers, Bill Gates, da Microsoft, e Ivan Illich, cuja ideia era a de uma sociedade desescolarizada, Buckingham (2010) chamou a atenção para o fato de que tais previsões não se confirmaram, pois:

Para o bem ou para o mal, a escola enquanto instituição ainda está firme entre nós e a maior parte do ensino e aprendizado que aí se dá manteve-se quase intocável apesar da influência da tecnologia. Ainda assim, no mesmo período, a tecnologia eletrônica tornou-se uma dimensão cada vez mais significativa da vida dos mais novos (Buckingham, 2010, p. 39).

A ideia difundida pelos entusiastas e partidários de que as tecnologias, por si só, ofereceriam uma forma mais eficiente para as escolas atingirem seus objetivos ou elevarem o nível de aprendizagem dos alunos é falaciosa, pois, segundo Buckingham (2010), a escola pode “desempenhar um papel pró-ativo, ao apresentar tanto perspectivas críticas quanto oportunidades de participação em relação à nova mídia”, superando inclusive, as muitas formas de desigualdade de acesso à internet das classes menos favorecidas da população (Buckingham, 2010, p. 39).

Levy (1999), na década anterior, defendia uma visão diferente da apresentada pelos argumentos de Buckingham (2010), pois entendia que a tecnologia não resolveria os problemas sociais e culturais da humanidade, entretanto, nem por isso deveria ser contestada. Conforme o pensamento desse autor, “o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas

de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem” (Levy, 1999, p. 11). Nesse sentido, esclarece:

Não quero de forma alguma dar a impressão de que tudo o que é feito com as redes digitais seja bom. Peço apenas que permaneçamos abertos, benevolentes, receptivos em relação à novidade. Que tentemos compreendê-la, pois a verdadeira questão não é ser contra ou a favor, mas sim reconhecer as mudanças qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural. Apenas dessa forma seremos capazes de desenvolver estas novas tecnologias dentro de uma perspectiva humanista (Levy, 1999, p. 12).

Desse modo, os debates sobre tecnologia e educação, movidos pela polarização entre os entusiastas, que professam os benefícios da tecnologia, em contraposição a seus oponentes, que questionam seu uso de maneira passiva, seja no âmbito familiar ou escolar, os quais, muitas vezes, taxados de tecnofóbicos, têm “marginalizado questões fundamentais sobre como professores e alunos poderiam querer usar a tecnologia e sobre o que precisamos saber acerca dela” (Buckingham, 2010, p. 41).

Nesse contexto, Tocantins e Wiggers (2021, p. 76) explicam que a utilização das TICs, na vida cotidiana, indica muito mais um processo do que uma apropriação, visto que “apropriar-se de uma determinada tecnologia vai muito além de ter acesso a ela ou, simplesmente, utilizá-la em algumas situações”. Com base nessa concepção, seria possível uma pessoa ter acesso, usar e não se apropriar de um determinado artefato tecnológico.

Segundo as autoras, as tecnologias contribuem para mudanças na forma como as crianças se relacionam e em seus modos de ser e viver em sociedade, por isso a necessidade de conhecermos a linguagem dessa população em relação às mídias digitais. Assim, levá-las a pensar de maneira mais crítica e menos passiva em relação a essas ferramentas fará toda a diferença na interação que estabelecerão com o universo tecnológico.

Batista (2018, p. 226), ao pesquisar os diferentes conceitos do termo “apropriação” no campo da Ciência da Informação, chegou à conclusão de que esse movimento de apropriação de ferramentas é “um fato tanto individual quanto social e revela um processo de construção de sentido, resultado de reflexões críticas sobre experiências passadas”. No entendimento dessa autora:

O aspecto que merece maior atenção nesse processo é a capacidade de transformação recíproca na relação sujeito-objeto, ou seja, a potencialidade de o sujeito se transformar, modificando seu meio e suas

relações, com o uso da ferramenta, e de transformar a funcionalidade da ferramenta, atribuindo-lhe diferentes usos, de acordo com sua maneira de perceber e de estar no mundo (Batista, 2018, p. 226).

A apropriação implica também, segundo Batista (2018, p. 229), “uma relação dialética, segundo a qual o sujeito, face ao objeto, desenvolve habilidades para construir suas representações do mundo”, ou seja, ocorre um processo de construção de subjetividade na relação com o objeto, já que a apropriação seria reconhecida, assim, como produção e construção, e não como adaptação e conformismo.

A relação dialética da apropriação “também ocorre entre o meio social e o sujeito, que constrói sua identidade a partir dos objetos disponíveis no mundo e desenvolvidos por gerações passadas”, as quais, na realidade, também se apropriaram de objetos deixados por gerações anteriores a elas, segundo Batista (2018, p. 229). Nas palavras da autora:

O sujeito, ao estabelecer uma relação dinâmica com o mundo, com a intenção de construir-se e de construí-lo, não faz isso porque “tornou seu” um objeto, material ou simbolicamente, mas porque, na relação com o objeto, ele, o sujeito, toma uma decisão, e a partir disso percebe o mundo com outras perspectivas (Batista, 2018, p. 230).

Em se tratando da apropriação das tecnologias, acreditamos que as crianças têm direito à utilização e ao desfrute dos recursos tecnológicos para sua aprendizagem, no entanto, cabe às famílias e às instituições se adequarem no sentido de propiciarem uma diminuição dos possíveis riscos que podem ser gerados pelo mau uso dessas ferramentas (BRASIL, 2019, p. 03). Tal recomendação se baseia em estudos científicos que comprovam que a tecnologia influencia comportamentos através do mundo digital, modificando hábitos desde a infância, o que pode causar prejuízos e danos à saúde.

Para a Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP (Brasil, 2019), é importante que haja conscientização em relação às leis, implementação de políticas públicas, além da proposição de campanhas de educação e saúde que visem à proteção e “prevenção dos riscos do uso de Internet, redes sociais, jogos de videogames e tantos outros aplicativos” (Brasil, 2019, p. 04). Nesse sentido:

Os jogos, aplicativos, redes sociais deixam de ser somente desafio ou meio de entretenimento para se tornarem uma obrigação legal, inclusive de escolas, clubes, associações recreativas e toda a sorte de entidades públicas e privadas que lidam com dados, informações e privacidade relativas às crianças e adolescentes (Brasil, 2019, p. 02).

As crianças, sobretudo as pequenas, têm tido acesso, de maneira bastante precoce, a equipamentos como telefones celulares, smartphones, notebooks, além dos computadores que são usados pelos pais, irmãos, tios ou outros familiares. Assim, faz-se necessária uma cooperação entre as famílias e as escolas no sentido de possibilitarem uma diminuição dos potenciais riscos causados pelo uso indevido dessas ferramentas (Brasil, 2019).

É nesse contexto que reside a importância da proposta do presente Dossiê, pois, embora tenhamos clareza do papel das TIC no campo educacional, também reconhecemos que sua utilização precoce e desprovida da mediação de um adulto pode comprometer a saúde física e mental das crianças. O caminho percorrido, na elaboração dos respectivos artigos, se deu por meio de revisão de literatura, sendo que alguns autores optaram, também, pela pesquisa *in lócus*.

É importante salientar que não tivemos a preocupação em fundamentar os artigos, aqui apresentados, somente a partir de “uma única abordagem teórica”, assim, convidamos pesquisadores da área da infância, com perspectivas diferentes, que tratam da temática proposta. Tal fato se deu porque respeitamos as contribuições trazidas, já que acreditamos que todas elevam a qualidade do debate. Ao mesmo tempo, deixamos que o leitor eleja a perspectiva que melhor se afine com a sua visão sobre o assunto.

O artigo intitulado: “*Educação digital na infância e os direitos das crianças na era das conexões*”, de Jaqueline Delgado Paschoal, discute os riscos e os benefícios das tecnologias da informação e comunicação-TICs e destaca a importância da parceria entre escola e família na construção de uma relação segura das crianças com a cultura digital. Além disso, apresenta as recomendações das leis para o uso da *Internet* no Brasil, bem como as orientações da Sociedade Brasileira de Pediatria (2016) sobre o uso das TICs pelas crianças, sobretudo em relação à qualidade dos programas, jogos e plataformas e ao tempo indicado, para cada faixa etária, frente aos dispositivos eletrônicos.

“*Autoconservação e anulação do ser infantil em tempos de dominação tecnológica ampliada*”, de Luciane Neuvald, Adonias Nelson da Luz e Rui Carlos Mayer, elucidada, a partir da Teoria Crítica, o vínculo da tecnologia com a sociedade capitalista e com o seu modo de produção e de relação social. O objetivo, segundo os autores, não é rejeitar a tecnologia, mas levar a pensar em outras formas de brincar e de brincadeira, pelas quais se possa valorizar a cultura e o protagonismo infantil, possibilitando que as crianças conheçam e interajam com o mundo e com os outros, de maneira plena e não apenas com o tocar de uma digital e com os olhos fixados em uma tela.

“As tecnologias como ferramenta de ação da criança pesquisadora”, de Juliana Xavier Moimás, Viviane Jaqueline Peron Ferreira e Luciana Aparecida de Araujo, apresenta um recorte de um trabalho de campo de uma escola municipal de Educação Infantil do interior de São Paulo, que se desenvolveu por meio da metodologia de projetos, aliando pesquisa e tecnologia. Esse trabalho, que foi realizado com crianças em idade pré-escolar, possibilitou dar visibilidade às crianças como participantes ativas, capazes de construir conhecimento e cultura. Mediante os pressupostos teóricos da Sociologia da Infância, as autoras defendem a escola enquanto locus com potência para gerar aprendizagens significativas, partindo do respeito às crianças enquanto agentes sociais e não como meros alunos receptores de conteúdos.

“Bebês plurais: um relato de uma experiência francesa do trabalho com bebês”, de Cleide Vitor Mussini Batista e Erika Parlato-Oliveira, apresenta os resultados de um trabalho clínico, educacional e hospitalar com os bebês, a partir das experiências de profissionais de diferentes áreas. Em função da necessidade de confinamento durante a vigência da pandemia de COVID-19, muitos pesquisadores buscaram ferramentas tecnológicas que promovessem o encontro e continuassem o diálogo acerca dos estudos e pesquisas com crianças pequenas. Assim, o intuito foi demonstrar os bebês como sujeitos de linguagens, que, por meio do corpo, dos movimentos e expressões, se comunicam e têm muito a nos ensinar.

“A afetividade e a dimensão ética: relações entre a filialidade tecnológica e a busca da humanização da criança”, de Marta Silene Ferreira Barros, Sandra Regina Mantovani Leite, Sara Dakkache Lopes Sanches e Rodolfo Gabriel Trislitz, trata das contribuições das tecnologias para a promoção da aprendizagem das crianças, desde que mediadas pela família e pela escola. O foco na mediação se deve ao fato de que o uso constante e indiscriminado das tecnologias tem gerado ausência de afetividade na família e na escola, o que pode ser prejudicial para o desenvolvimento emocional e social dos pequenos. A partir dos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, as autoras reconhecem que, para além do uso das TICs, outras atividades podem e devem ser incorporadas à educação das crianças, tais como: a música, a arte, a brincadeira e as interações.

“Infância, cinema e adoção: uma análise do filme Matilda”, de Cleide Vitor Mussini Batista e Gilmara Lupion Moreno, traz uma reflexão sobre a transição da criança da sua família biológica à família por adoção, apresentada no filme *Matilda* (1996), e discute a relação entre as crianças, os filmes infantis e a parentalidade adotiva. Além disso,

as autoras analisam um caso de adoção por mãe solo, apresentado no referido filme, com o objetivo de verificar se as experiências traumáticas vividas anteriormente, na família biológica, influenciam no padrão de comportamento da criança. O intuito é reiterar o papel da escola para além de um espaço apenas de aprendizado de conteúdos, mas também de acolhimento à criança e de proteção ao seu desenvolvimento.

“O trabalho pedagógico na Educação Infantil e as tecnologias digitais”, de Daiane Souza Domingues, Silvana Binde Kresciglova e Jaqueline Delgado Paschoal, discute as especificidades do trabalho pedagógico, nessa etapa da educação básica, a partir de jogos e brincadeiras digitais e de suas implicações na aprendizagem das crianças. As autoras defendem a apropriação das linguagens tecnológicas como parte do trabalho desenvolvido nessas instituições, pois as crianças convivem, desde muito cedo, com diferentes recursos eletrônicos. O desafio maior é orientar as brincadeiras analógicas, sem deixar de lado as atividades lúdicas ao ar livre e as interações entre os pares.

“Tão filhas sendo mães: relato de duas observações de bebês e suas mães pelo método de observação Esther Bick”, de Marcia Renata Barroso, Cleide Vitor Mussini Batista e Solange Frid, apresenta duas experiências inspiradas no referido método, que aconteceram de modo *on-line*, com as duplas de mães e seus bebês. Os recortes revisados dos relatos, após as observações e as sinalizações do grupo de supervisão, concluíram que um ambiente altamente qualificado, envolvido por sons, entonações, gestos e toques, somados a uma pluralidade de repertórios, possibilitou o desenvolvimento de laços afetivos sentidos e vividos na experiência das mães com seus bebês, assim como, das pesquisadoras com a dupla, para além da tela.

“Indústria cultural, infância e brincar em tempos de tecnologia”, de Roberta Franciele Silva e Marta Regina Furlan, analisa o consumo de brinquedos eletrônicos para além de bonecas que falam e carrinhos com controle remoto. A variedade de artefatos digitais permite a distração das crianças, seja via celulares, smartphones, tablets, I pads ou vídeo games. Assim, conectadas à internet e com acesso a uma variedade de aplicativos, elas podem acessar jogos e interações pagas e gratuitas com um simples arrastar dos dedos, segundo as autoras.

Por fim, esperamos que o conteúdo dessa obra possa contribuir para uma reflexão mais aprofundada acerca da cultura digital na infância, além de ampliar a compreensão da utilização consciente das TICs na família e no contexto escolar e dos benefícios dessas

ferramentas para a educação e formação das crianças. Desejamos a todos, uma boa e saudável leitura!



Referências

BATISTA. Carmem Lucia. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 210-234, maio/ago. 2018.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br>. Acesso em: 04 de set. de 2023

BRASIL. *Uso saudável de telas, tecnologias e mídias nas creches, berçários e escolas*. Manual de Orientação- Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento e de Saúde escolar. Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019. nº 6, p.1-5.

BUCKINGHAM. David. Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, set./dez., 2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso: 10 de maio, 2023.

PIERRE. Lévy. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999. (Coleção TRANS).

TOCANTINS. Geusiane Miranda de Oliveira. WIGGERS. Ingrid Dittrich. Infância e mídias digitais: histórias de crianças e adolescentes sobre seus cotidianos. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 41, n. 113, p.76-83, jan-abr., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 02 de set. de 2023.

Profª. Dra. Jaqueline Delgado Paschoal¹
 <https://orcid.org/0000-0002-7961-2362>

Profª. Dra. Marta Regina Furlan²
 <https://orcid.org/0000-0003-2146-2557>

¹ Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista- Júlio de Mesquita Filho-UNESP/Campus de Assis. São Paulo. Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina/UEL. Londrina-Pr. e-mail: jaquinedelgado@uol.com.br

² Pós-Doutora em Educação pela UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense. Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina/UEL. Londrina-Pr. E-mail: m.furlan@uel.br